



Gerir as unidades populacionais de peixes de forma sustentável

Janeiro de 2023

- Cerca de dois terços das unidades populacionais de peixes avaliadas mencionadas na OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022) estão em bom estado, mas quase uma em cinco não cumpre as normas de sustentabilidade e muitas delas poderiam produzir mais alimentos ou mais valor para os pescadores se fossem ainda mais abundantes.
- Reconstruir unidades populacionais sobre-exploradas e capturar todas as unidades populacionais aos níveis ideais irá aumentar a rentabilidade do setor, melhorar a sustentabilidade ambiental (incluindo através da redução das emissões) e otimizar os resultados para as comunidades pesqueiras.
- É fundamental produzir dados exatos e oportunos referentes ao estado das unidades populacionais de peixes e de que forma são geridas caso se pretenda manter o estado das unidades populacionais e os níveis de captura face às alterações climáticas.

Qual é o problema?

O estado das unidades populacionais de peixes é um dos principais determinantes do desempenho das pescas, o que significa que a gestão sustentável das unidades populacionais de peixes é fundamental para alcançar os objetivos socioeconómicos que os governos e partes interessadas definem para as pescas. Uma boa gestão das pescas é igualmente essencial para a sua sustentabilidade ambiental a longo prazo, bem como para proteger a biodiversidade e garantir a provisão de serviços do ecossistema do oceano, tal como a regulação do clima, o abastecimento alimentar e a ciclagem dos nutrientes.

Compreender o estado das unidades populacionais de peixes e como as gerir de forma eficaz é igualmente importante, uma vez que as alterações climáticas afetam cada vez mais os ecossistemas marinhos. Para continuar a ser eficaz, a gestão das pescas tem de se adaptar aos impactos das alterações climáticas na diversidade das espécies, abundância e distribuição, o que pode exigir mudanças na forma como as pescas operam e nas instituições que as gerem.

A *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)* determinou que nos 32 países da OCDE e nas economias emergentes abrangidas, 64% das unidades populacionais avaliadas apresentam um bom estado. No entanto, 18% das unidades populacionais avaliadas não cumprem as normas de sustentabilidade e não foi possível determinar o estado dos restantes 18%. Quase metade das unidades populacionais avaliadas como estando em bom estado (30% de todas as unidades populacionais avaliadas) também são capturadas de uma forma que otimiza a produtividade (ou seja, são suficientemente abundantes para maximizar o volume ou valor da captura). Desta forma, há margem para produzir mais peixes, gerar mais valor para os pescadores e, em simultâneo, aumentar a sustentabilidade ambiental, gerindo de melhor forma as unidades populacionais de peixes.

Estes valores mascaram variações significativas a nível nacional, quer em termos de número de unidades populacionais avaliadas, quer em termos do seu estado. As informações granulares apresentadas na análise podem ajudar a direcionar os esforços de gestão para onde são mais necessários.

Como são geridas as pescas?

Os esquemas de gestão são geralmente uma coleção de ferramentas que visam limitar a forma de captura dos peixes (controles de entrada) ou o nível e tipo de captura (controles de saída). Os controles de entrada regulam as características das frotas e dos equipamentos (por ex., dimensão e potência da embarcação, tipo e configuração do equipamento), em conjunto com a forma de aplicação (restrições espaciais ou temporais). Os controles de saída, normalmente, assumem a forma de quotas, habitualmente são limites referentes ao total admissível de capturas (TAC) que limitam a quantidade total de uma unidade populacional individual que pode ser capturada. Por vezes, são utilizadas quotas individuais ou comunitárias para aumentar os TAC, que podem definir as condições em que as porções de captura podem ser vendidas ou trocadas (ou não). Os controles de saída também incluem regulamentos referentes às dimensões mínimas dos peixes.

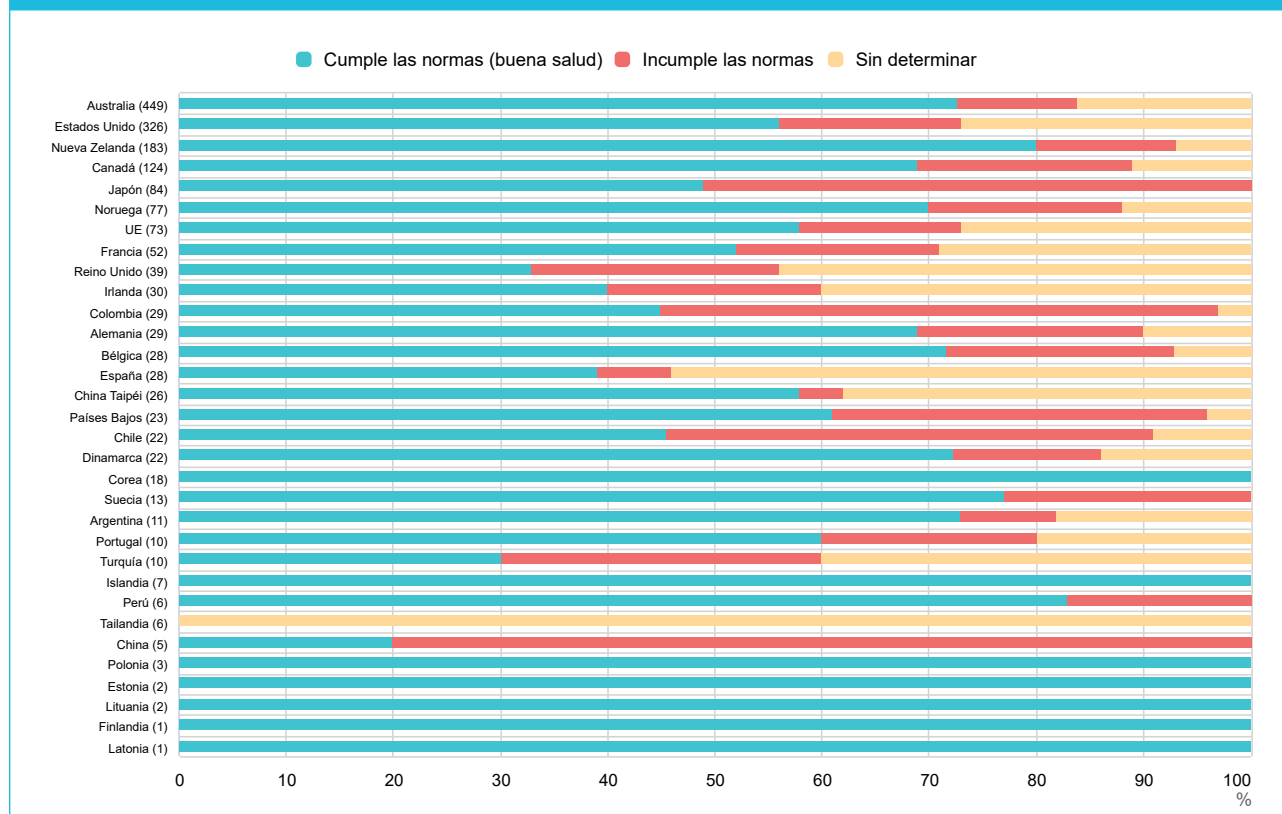
Acredita-se que os TAC são uma das ferramentas mais importantes para garantir o estado das unidades populacionais de peixes. A *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)* determinou que, em 2021, as ferramentas de gestão utilizadas mais frequentemente foram as restrições do equipamento (utilizadas para 87% das unidades populacionais), enquanto os TAC foram a segunda ferramenta aplicada com mais frequência (76% das unidades populacionais). Em 2020, as espécies abrangidas na totalidade pelos TAC foram responsáveis por 9 mil milhões de dólares americanos em desembarques, ou 59% do valor do desembarque para todas as espécies no conjunto de dados. Isto equivale a 12,6 milhões de toneladas de peixe, ou 80% de todos estes desembarques por volume.





Gerir as unidades populacionais de peixes de forma sustentável

O que se sabe sobre o estado das unidades populacionais de peixes a nível nacional?



O que podem fazer os governos?

As boas notícias é que a gestão das pescas normalmente funciona. O aumento da intensidade da gestão está correlacionado com o aumento da biomassa e redução da pressão da pesca, sugerindo que a ação de gestão pode ajudar a manter o estado das unidades populacionais de forma eficaz. Não existe um sistema de gestão perfeito e a forma como as pescas respondem à ação de gestão pode ser complexa e imprevisível. Desta forma, a gestão das pescas tem de ser capaz de se adaptar a circunstâncias variáveis de forma a garantir a sustentabilidade dos recursos ao longo do tempo. São fundamentais dados exatos e oportunos sobre o estado dos recursos e ações de gestão em vigor para uma gestão das pescas adaptativa. A *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)* destaca um leque de ações que podem ser tomadas pelos governos para melhorar o desempenho socioeconómico e ambiental das suas pescas através de uma melhor gestão:

- Reconstruir os 18% de unidades populacionais que não cumprem as normas de sustentabilidade para garantir o seu estado a longo prazo e melhorar a sua produtividade e benefícios económicos.
- Rever a ação de gestão atual para garantir que as unidades populacionais que já estão em bom estado são pescadas de forma ideal para maximizar o valor ou o volume de captura.
- Investir em avaliações das unidades populacionais para as unidades populacionais que ainda não foram avaliadas e para as unidades populacionais cujas avaliações são inconclusivas, particularmente para as espécies com uma importância comercial significativa.
- Desenvolver métodos para avaliar as unidades populacionais mesmo nos casos em que os dados são escassos e a capacidade é limitada. Isto será cada vez mais importante

para fornecer informações à gestão adaptativa, uma vez que as alterações climáticas afetam a abundância de peixes e a localização das unidades populacionais, sendo necessário para avaliar o estado das unidades populacionais de forma mais frequente.

- Associar as informações sobre a gestão das unidades populacionais e o estado das unidades populacionais para ajudar a compreender onde a gestão é eficaz e como otimizar os planos de gestão das pescas. Para facilitá-lo, os governos devem considerar adotar uma convenção de nomenclatura acordada internacionalmente para comunicar as informações das unidades populacionais, incluindo os códigos das espécies ASFIS (Sistema de Informação para as Ciências Aquáticas e Pescas), quando possível.



Outras leituras

- [OCDE \(2022\), OECD Review of Fisheries 2022 \(Análise das pescas da OCDE de 2022\), OECD Publishing, Paris.](#)
- [Resumo de políticas da OCDE: Apoiar pescas sustentáveis](#)
- [Resumo de políticas da OCDE: Eliminar o apoio governamental à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada](#)

